

Debate do Painel Democracia – Auditório 2 – 5.ª feira, 11/11/2004

Interveniente: Luís Velez

Na minha área, pelo que eu ouvi, porque estou a gostar e porque estive nestas coisas todas com a idade que tenho, tenho um sentimento muito especial pelo homem que está na génese, embora as minhas ideias sejam diferentes, um respeito muito especial pelo senhor general Vasco Gonçalves. Por outro lado, embora as minhas ideias sejam diferentes, eu só quero dizer uma ou duas coisas, pouco mais. Primeiro ponto, nós estamos num País onde não podemos ter uma orquestra que toca com dois músicos ou só com um músico. Nós temos quatro, cinco ou seis partidos, todos eles têm direito à palavra, todos eles têm direito a serem ouvidos e todos eles têm direito a serem remunerados e não serem segregados.

Eu estou a falar, dando um pequeno salto sobre isto tudo, se há alguma coisa de que gostei mais e que me toca, e não quero que a senhora doutora me leve a mal, é sobre a saúde mental. É um pormenor que me toca muito em especial, pouco dinheiro tem sido gasto, pouca coisa tem sido feita, a medicação que tem sido usada não é medicação correcta, os doentes não estão para ficar vivos, os doentes estão a ser mortos, vão morrendo a pouco e pouco. Mas sobre a saúde mental, é bom que este País, de uma vez por todas, se deixe de lacunas. O pássaro ainda não levantou voo, o pássaro está prestes a levantar voo, mas que levante e eu creio e acredito. Não sou pessimista, não acredito que haja aqui uma bomba dentro, e muito menos uma bomba atómica lá fora, que haja optimismo, esperança, força de vontade e eu não volto a falar, porque esta seria a terceira vez desde a última que cá estive. Meus senhores, muito obrigado.

Interveniente – Francisco Brás

Muito boa tarde, sou um dirigente sindical de um sector especial, um sector da administração local, que nós consideramos, nós que reflectimos no sector enquanto trabalhadores, uma das conquistas que foram permitindo o povo ter e conquistar por si próprio depois de Abril e que hoje, depois de muitos ataques, está aí no que eu chamaria sob fogo cerrado.

Creio que o documento de chamada para esta iniciativa, que nós consideramos extremamente importante (é fundamental que se discuta que democracia temos e o que é que achamos por democracia e o que é que vamos ter), com certeza que isto, como o arranque, é uma coisa fundamental. Mas então, retomando a ideia, o documento fala na importância do municipalismo e eu gostaria de corrigir, digamos que a ideia em si própria. Creio que tivemos municipalismo naquilo a que se pode chamar a primeira República, antes do Estado Novo, depois tivemos o Estado Novo, e a seguir ao 25 de Abril tivemos uma coisa nova, que também teve municipalismo, mas teve uma coisa que foi chamada Poder Local, que emanou das populações, que tomaram os Municípios, as Juntas de Freguesia, que constituíram comissões, que traçaram pela sua própria acção aquilo que ia ser a parte da democracia que diz respeito a esta parte descentralizada do Estado, que é o Poder Local. E o Poder Local que conhecemos, com maior ou menor proximidade das populações, com maior ou menor intervenção, que foi sucessivamente sendo atacado por legislação vária, primeiro pelo presidencialismo, pelas tentativas várias de unificarem numa força política única, cada vez isolaram mais a

intervenção das populações e, hoje, deparamo-nos com... e a maior parte da população deste País não reparou, não sabe, não avaliou, nós notamos isso, com a publicação de duas leis a 10 e 11 de 2003, que fizeram uma coisa, que vieram tentar pegar no anseio e na obrigação constitucional que era a regionalização e tentaram criar mecanismos de esvaziamento do Poder Local. Não vou, como é evidente, analisar leis neste bocadinho que me deram, mas disse o número exactamente para isso, para convidar as pessoas a visitá-las, mas o que é que elas têm de essencial? Criaram por obrigação voluntária, – quase como aquela do Raul Solnado, de há muitos anos, que era bombeiro voluntário à força – criaram de forma voluntária a obrigação das autarquias se agregarem, criaram de forma voluntária a obrigação, porquê? Porque abanam por cima a bolsa dos fundos, ou seja, a primeira experiência foi a criação das empresas multimunicipais, em que o Estado se arrogou o direito a uma atribuição dos Municípios e chamou a si o direito a ter 50 por cento do poder de decisão. Aqui fez exactamente a mesma coisa e então, ou os Municípios se associam agora, ou no futuro, ou não têm fundos, esta é a regra, e então lá estão voluntariamente. O País está, digamos, absolutamente desorganizado em termos administrativos, vai desde uma área possível metropolitana de Lisboa com 2,5 milhões aproximadamente de população até a duas criadas no Minho, com duzentos e pouco mil habitantes.

O que é que isto tem a ver com a democracia? Os Municípios associam-se, transferem para estes organismos, a que eles chamam grandes áreas metropolitanas ou comunidades urbanas, as suas responsabilidades, mas transferem os fundos que têm, e quem são estas organizações, estas áreas? São gente não eleita, não vigiada, que fica sujeita a ter fundos, negociando com o Governo para ter verbas e ver quem é que vai administrá-las. Nós consideramos que este é um caminho terrível, fizemos recentemente um fórum sobre este tema, vamos pôr à disposição da sociedade as suas conclusões. O que era extremamente importante e fundamental era trazer aqui o desafio às pessoas para que vejam estas duas leis 10 e 11/2003, que são, na sua génese, pela centralização do poder e pela retirada de afirmação ao Poder Local, pela destruição de uma parte importante da nossa democracia que é este Poder Local de Abril em que nós, enquanto trabalhadores, funcionamos, que nós consideramos que foi um bom arranque, um bom motivador das transformações de Portugal a diversos níveis, no qual estamos orgulhosos em desenvolver a actividade, mas que também orgulhosamente queremos defender como uma parte nossa da democracia. Muito obrigado.

Barbosa de Melo

Obrigado Francisco Brás pelo alerta que nos trouxe aqui, que é um tema que está por acabar, é um tema que está aí, não está encerrado, aliás, em democracia, nunca há temas encerrados, como sabemos. Chamar a atenção para este passo, que está suspenso, um passo no ar ainda em muitas coisas, mas que tem a ver com a organização do território português, o chão de Portugal.

Interveniente (não identificado)

Eu queria dar um testemunho e fazer uma observação, da qual não vou dizer nada senão pedir às pessoas que reflectam. Vamos ao testemunho: quando foi o 25 de Abril eu já não era nenhum menino. Tinha 37 anos, tinha-os

feito nesse mês do 25 de Abril, tinha alguma experiência política, tinha corrido várias vezes à frente da PIDE, tinha feito umas malandrices, enfim, tinha feito aquilo que os jovens daquela altura tinham feito todos, como alguns que estão aqui e que eu pessoalmente até conheço. E o testemunho é o seguinte.

Eu, portanto, nessa altura, com mais um amigo meu que está nesta sala, pouco trabalhámos naqueles dias, e os dias foram muitos, nós andávamos nas manifestações, primeiro que tudo porque achávamos que era muito importante e, segundo, porque de certo modo nos divertíamos. O que eu queria era falar de duas pessoas, uma, infelizmente, já morreu, já foi hoje aqui evocada, não sei se pelo Alberto Martins, já não me lembro bem, que era a engenheira Lurdes Pintassilgo, e outro foi um homem que nós ouvimos aqui com muito agrado, com muita força, que é o general Vasco Gonçalves. O que eu queria dizer de toda a minha experiência de Abril, Maio, Novembro, Abril seguinte, Novembro, todas essas experiências, eu queria vos dizer, e alguns podem concordar comigo, outros não, que ouve muitas pessoas, muitos dirigentes políticos de que os homens e mulheres daquela altura gostaram, mas eu acho que houve dois dirigentes políticos que os homens e mulheres daquela altura amaram, um, a engenheira Maria Pintassilgo, que já morreu, outro é o general Vasco Gonçalves, que felizmente está vivo e com todo o seu dinamismo.

Interveniente (não identificado)

O que eu queria dizer é um ponto que já foi aflorado por várias pessoas. Julgo que foi Churchill que disse que a democracia não prestava – as palavras não eram estas – mas que não havia nada de melhor. Em todo o caso já se passaram a brincar, já não sei, 70, 80, 90 anos, quase 100, muitos pelo menos desde que ele disse isso. Suponho que é fundamental começarmos a pensar, e pensarmos todos, não somos muitos, não é só os que estão nesta sala, não é os que estão nas outras duas salas, são todo o mundo, é pensar o que é que nós vamos fazer a isto a que se chama democracia. Quero dizer que nós não podemos continuar a entregar de quatro em quatro anos o nosso interesse aos partidos políticos, por mais respeito ou não que eles me possam merecer; isto é uma coisa que eu não sei se vão discutir. Eu vim a este, de propósito, porque este era o da democracia, a pensar que eventualmente este assunto iria ser discutido e é fundamental, não é só em Portugal como em todo o lado. A democracia, enquanto não houver outra, é aquela de que a gente se serve, mas se calhar a democracia, como vem desde a Revolução Francesa, tem eventualmente algumas alterações, se calhar não serve. Muito obrigado.

Ana Drago

Eu pensava, enfim, só fazer uma ou duas considerações, quando tivesse oportunidade de fazer a tal síntese do debate que estamos aqui a ter, mas não resisti perante o conjunto das comunicações e, agora, das participações que foram feitas, para introduzir assim, aqui, um ou dois pontos, não para tentar sistematizar e arrumar as ideias que aqui foram apresentadas, mas antes, se calhar, para lançar algum caos ou alguns desafios. Eu penso que este congresso, quando fez os seus convites e quando foi anunciado, poderia correr um risco de ser interpretado em dois sentidos, ou como um encontro de nostálgicos que viveram os tempos vitoriosos e entusiasmantes daquilo que foi o 25 de Abril, que eu não partilhei, porque nasci no Verão Quente do 25 de Abril. Segundo a minha mãe me disse, estando grávida, foi quente de

temperatura, não apenas politicamente, e portanto seria um encontro de nostálgicos que viriam aqui rememorar assim um pouco aquilo que foram as suas vivências, ou que seria um encontro desses nostálgicos, mas que procuravam com o passar dos anos falar da democracia, tentando enfim fazer uma intervenção, se calhar um pouco intrusiva, do tipo lifting da democracia, dar-lhe um ar mais rejuvenescido e eu penso que estes dois riscos seriam um erro. À medida que eu vou envelhecendo vou achando que as rugas fazem parte do nosso percurso e, portanto, as rugas da democracia são, assim mesmo, as marcas do seu trajecto, das batalhas que foram feitas, daquilo que ela conquistou, do que viveu e do que sofreu, mas acho que algumas das contribuições que foram dadas aqui hoje e o debate que aqui hoje nos traz coloca-nos desafios para o futuro, e penso que era essa a intenção da Associação 25 de Abril, ou seja, pegar nesta ideia do que são 30 anos de democracia, 30 anos dessa memória do que é o 25 de Abril, e lançar reflexões e pontes para o futuro. E das várias comunicações que hoje aqui ouvi, e por isso não resisti a fazer uma intervenção, eu penso que temos um ponto central de análise da sociedade portuguesa que muitos de nós, por mais envolvidos que estejamos em associações, organizações, partidos políticos, o que quer que seja, nas Universidades e Faculdades, temos sempre alguma dificuldade de lidar, porque é um objecto histórico que tem séculos, mas cuja perspectiva para o futuro nós não sabemos o que é que lhe vamos fazer e o que é que ele significa como perspectiva de projecto progressista para o futuro, e falo do quê ? Falo do Estado. Acho que aquilo que hoje continuamos a discutir, como a fraqueza da sociedade civil em Portugal, e por isso a centralidade dos partidos políticos advém desta percepção, e se calhar estarei errada e poderei ser contestada, de que o Estado era, na altura em que se dá a revolução democrática em Portugal, o instrumento fundamental para responder às aspirações políticas, económicas, sociais e culturais da esmagadora maioria dos sectores sociais em Portugal. Portanto, o Estado era um elemento central, e apoderar-se do poder do Estado era o objectivo de diferentes grupos que se digladiaram durante o período quente que se seguiu ao 25 de Abril. Contudo, a ironia da revolução portuguesa é ela fechar um ciclo do imperialismo, fechar o ciclo em que as grandes potências imperiais europeias tinham o controlo sobre o mundo e abrir o ciclo que hoje vivemos e discutimos, que é o ciclo da globalização, em que o controlo já não se faz pela reprodução administrativa do império, mas faz-se pela reprodução sem necessidade administrativa do mercado. Portanto, Portugal fecha o ciclo imperial, mas inicia ao mesmo tempo o ciclo do Estado social, dentro do espaço nacional, no exacto momento em que o mercado vem desarticular aquilo que era fundamental, que é a centralidade e a capacidade de decisão da soberania nacional. Eu não me vou alongar muito, haveria várias questões que eu gostaria de abordar em torno disto, mas para dizer o seguinte: penso que hoje, aquilo a que nós assistimos, por exemplo, em África na Costa do Marfim, na Guiné, é a falência e a implosão do Estado no contexto da globalização. Em Portugal, aquilo que nós discutimos sobre o que é a reconfiguração do Estado social, trata dessa implosão do Estado e da capacidade dos cidadãos se apoderarem do Estado e de gerirem o Estado. E temos o contrário, que é esta expansão populista da participação democrática nos media. Não é democrática, mas aquilo que nós vemos, as pessoas a afluírem aos media para falarem, para dizerem e para serem ouvidas, parece-me ser a tradução da incapacidade de modificar o

Estado e as estruturas centrais, onde supostamente teriam direito de cidadania e participação. Isto, para voltar àquilo que eu acho que seria o desafio fundamental deste congresso e, se calhar, introduzir aqui, assim, um debate teórico com o Dr. Barbosa de Melo. Para mim, a democracia participativa não é a democracia directa, a democracia participativa é a articulação entre a democracia representativa e a democracia directa, e nós só conseguimos discutir o Estado, só conseguimos rediscutir a credibilidade ou a credibilização da esfera pública, do espaço público e da sociedade civil, se formos capazes de introduzir no Estado mecanismos de transparência e de participação, que podem configurar esta articulação entre democracia representativa e democracia directa, que é a democracia participativa. Acho que essa é a única resposta que nós temos para esta polarização e para esta implosão do que era o Estado como instrumento fundamental de progresso social. Disse.

Barbosa de Melo

Eu agora vou devolver a palavra aos oradores iniciais, eventualmente faria ao contrário e só falarão naturalmente aqueles que entenderem querer fazê-lo, e começaria pelo senhor general Vasco Gonçalves, depois pela doutora Julieta Sanchez, Mário Tomé e Alberto Martins. Faríamos ao contrário. O senhor general quer usar da palavra?

General Vasco Gonçalves

Eu penso que o problema fundamental da nossa sociedade é a consciencialização da nossa população, ter consciência política e social. Temos casos de pessoas que votam contra os seus próprios interesses sem o saberem, porque cada um, quando dá o seu voto, está convencido que dá o seu voto para aquilo que lhe vai interessar para si e, eventualmente, para o seu País.

Ora, um dos problemas fundamentais, é a da inteligência política, do sentido da compreensão, do conhecimento político e social das raízes, quer dizer, não ficar pela análise superficial das questões, mas ir mais a fundo, compreender porque é que elas surgem. Por exemplo, o major Tomé focou aqui muito bem a questão do serviço militar obrigatório, que é de resto uma expressão do neoliberalismo. Porque é que hoje se procura introduzir o neoliberalismo se se acaba com o exército de conscrição, etc.?

Isto é também um problema de interesse de classes, mas as pessoas muitas vezes não compreendem, mesmo os nossos próprios estudantes. Os jovens até gostam que acabe o serviço obrigatório, porque acham que é uma maçada estar nos quartéis a ouvir aquela gente que ao fim ao cabo não torna agradável o serviço militar, nem instrutivo, nem dinamizador da consciência, do conhecimento, etc. Quando eu, por exemplo, penso que o serviço militar obrigatório é uma escola fundamental de cidadania e de patriotismo. Porque é que hoje se transforma isso, que deveria ser a escola de patriotismo, cidadania, de conhecimento político, das relações entre os homens, para que servem os exércitos, as guerras justas e as guerras injustas? A gente hoje vai entregar isso tudo ao exército, à tropa de mercenários que vai para lá, regra geral, para resolver os seus problemas de vida, etc. Isto é uma afloração, uma expressão da política neoliberal e da própria dissolução do Estado. A propósito do Estado, eles falam em menos Estado, menos Estado, mas eu estou convencido de que sem o Estado o sistema capitalista (...)

Porque se nós analisarmos as leis, as próprias leis que nós vemos hoje serem elaboradas e aprovadas na nossa República, elas têm sempre um cunho de classe, objectivos de servir uns em prejuízo de outros. O problema não é ter mais Estado, o problema é ter um Estado social, um Estado nacional, um Estado que interessa aos cidadãos portugueses, um Estado que resolva os problemas da competitividade privada, dos interesses privados, que resolva os problemas do desenvolvimento.

O nosso País hoje não pode andar para a frente sem uma poderosa influência do Estado, isso está demonstrado ao longo de 30 anos. Em 30 anos assim tem sido. Por isso, eu acho que é muito interessante esta reunião que estamos aqui a fazer, pelo levantar dos problemas que ela suscita, que nos obriga a pensar, e muitos vamos a pensar para casa, e sobretudo é também um elemento de consciencialização política, social, cultural, porque tudo isso está ligado. No momento em que os media estão absolutamente dominados pelo capital privado, quer nacional quer transnacional, em que há um homem, que é o senhor da Mediacapital, que ontem, com a maior arrogância, disse «aquele problema do Marcelo é um problema de uma empresa privada e não digo mais nada sobre isto». E ele tem razão, porque a Imprensa massiva está praticamente ligada aos interesses privados.

Havia tanta coisa sobre que falar, mas, sobretudo, o que queria salientar, era o grande interesse que tem tido esta reunião para todos os que aqui estão e que se interessam e gostam de facto meditar sobre aquilo que é aqui dito, porque nós precisamos de facto de um trabalho continuado, persistente, firme. Aquilo que parece ser um chorrilho de adjectivos que eu ali apliquei, quando falei sobre as necessidades das forças democráticas e progressistas lutarem pela consciencialização, e sobretudo pela disponibilização das pessoas para lutarem pelo seu próprio futuro, quer dizer que são os homens que deverão ser os senhores do seu próprio futuro.

Os homens deverão ser os senhores do seu próprio futuro e não o poderão ser se não tiverem conhecimento, e para esse conhecimento é também bastante útil e importante a luta colectiva, a mobilização das pessoas, a discussão mútua, o surgimento das ideias que resultam da discussão e, depois, a acção concreta, porque ao longo da acção concreta as pessoas também aprendem; é uma escola de conhecimento político, social, cultural, etc. É isso que eu sobretudo penso que é a nossa principal missão, porque nós não podemos impor um regime pela força. As conquistas de Abril não foram impostas pela força, o Movimento das Forças Armadas colaborou na transformação desse golpe militar numa revolução, mas foi indispensável o apoio popular, a incentivação popular, a reivindicação popular, os legítimos interesses pelos quais as massas lutavam. E quando eu falo da consciencialização, também me quero referir a todas as pessoas, a toda a população, por isso falo em desafios aos militares.

Os militares também precisam de ser consciencializados para estes problemas, porque a política, durante o tempo de fascismo, quando eu era aluno da Escola do Exército, era precisamente a contrária, era a de afastar os militares das questões políticas. Até tínhamos chefes prestigiados, e muito prestigiados depois do 25 de Abril, que nos falavam na «porca da política», e eles estavam metidos na política até ao fundo. Hoje, eu estou afastado da instituição militar, e um dia destes houve um amigo meu que me contou que havia numerosas desistências de jovens oficiais a pedirem licença para

estudar, etc. Perdem o estímulo que havia antes no exército de conscrição e os militares precisam também de ser consciencializados, porque na relação de forças que determina em cada instante a política de um País e a posição dele, evidentemente não esquecendo e tendo presente os condicionamentos externos e internos, essa condução de força é influenciada por forças sociais, políticas, por civis e por militares. E a propósito dos civis, se me dão licença, aproveito também a oportunidade para dar aqui um exemplo. Essa história de falarem em sociedade civil, como se houvesse uma sociedade civil e uma sociedade militar. O termo de sociedade civil aparece porque se receia falar em população, ou em massas populares, ou elementos populares e então, está mais afastado daquela linguagem, daquela linguagem do Marx, esta coisa de falar em sociedade civil. Mas o que é isto da sociedade civil? Estará aqui alguém em condições de nos explicar o que é a sociedade civil?

Julieta Sanches

Eu só queria dizer que nós, depois de 30 anos de democracia, penso que estamos um bocadinho acomodados, porque estamos todos muito habituados a que os outros façam para nós, e como vai aparecendo feito, naturalmente nós ainda não aprendemos a exercer o direito que temos, enquanto cidadãos, de reclamar. E quando eu digo reclamar, é por justa causa, não é reclamar só porque é hábito reclamar, não é reivindicar só porque está na moda reivindicar, é exercer o direito que nós temos todos os dias de construir uma sociedade melhor. Nós não reclamamos com a criança que põe o papel no chão, porque o filho não é nosso. Nós não reclamamos, e todos os dias compramos produtos que não nos servem, que não sabemos ser consumidores, portanto não reclamamos. Nós não reclamamos porque alguém estraga a porta do nosso prédio, porque dá muito trabalho saber e perceber quem foi, e porque é que foi, e porque é que o elevador está todo riscado, que maçada, é o vizinho do 7.º, é o vizinho do 8.º, digamos que nós nos acomodamos porque sempre alguém há-de vir arranjar a porta, o elevador, etc.

A escola está doente e é realmente nos bancos da escola que nós aprendemos tudo o que vamos ser na nossa vida, e é na escola também que se aprende a exercer esses direitos de cidadania, e enquanto isto não fizer parte dos bancos da escola, nós não vamos conseguir fazer com que a democracia seja uma democracia plena.

E eu respondia àquele senhor que estava preocupado com as pessoas com doença mental. Eu queria dizer que a doença mental é um problema grave no nosso País, porque saiu de uma desinstitucionalização e não se criaram redes de suporte para apoiar estes cidadãos. Acontece que regressaram muitos deles às famílias, e as famílias acabam por ficar destruturadas com este problema, que é grave na nossa sociedade. Muitas vezes eles andam por aí e, por outro lado, as famílias até agradecem que eles andem por aí. Mas queria dizer que a sociedade civil, e peço desculpa ao senhor general Vasco Gonçalves, os pais, muitos deles, com muitos técnicos, também já se organizaram. Na semana passada, ou ainda nesta semana, se realizou aqui um congresso das AIP's, onde efectivamente houve aqui temáticas muito interessantes em relação à doença mental, onde estavam muitas famílias. O que quer dizer que as famílias já se organizaram nesse sentido, e estavam muitas pessoas com doença mental a dar testemunhos e, inclusivamente, a ajudarem-se com grupos de ajuda mútua, portanto a ajudarem-se uns aos

outros. O que quer dizer que estamos a crescer e, realmente, democracia é todos participarmos. Para o bem e para o mal nós temos de estar todos a participar na sociedade, porque, efectivamente, só assim é que nós conseguimos minorar os problemas a que o Estado não consegue responder. E então temos todos que nos unir, porque o Estado somos todos nós, e não podemos pensar que os problemas só acontecem ao vizinho do lado, porque quando nós mais descansados estamos, eles tocam-nos à porta. E isso é que nós precisamos todos de nos consciencializar, para construir realmente uma democracia forte, uma sociedade que saiba dar resposta às suas populações mais frágeis, porque isso é um sinal de que o nosso País se desenvolve e que continua a estar num plano de desenvolvimento pleno, que é aí que nós queremos chegar. Mas só com o esforço de todos nós, e sabendo exercer os tais direitos à cidadania que nós, muitas vezes por comodismo, outras vezes porque não sabemos mesmo, e ainda ao fim de 30 anos, porque muitas vezes ainda temos medos. Muito obrigada.

Mário Tomé

É para mim um privilégio que o meu general tenha enfim agarrado nalgumas ideias que eu coloquei para polemizar com elas. É para mim um grande privilégio e agradeço-lhe e vou tentar também polemizar com o meu general, como democratas que somos e amigos que somos, e eu admiro-o muito. Então por onde é que eu vou à polémica?

Primeiro, uma coisa que eu já me convenci, mas que nem toda a gente se convenceu, o 25 de Abril já acabou. Nós estamos hoje numa situação de uma sociedade completamente diferente, estamos numa luta que tem a ver com as raízes do 25 de Abril e com aquilo que ele fez e provocou na nossa sociedade, mas ele já acabou enquanto processo de transformação. O 25 de Abril terminou no 25 de Novembro, todos sabemos disso, e depois do 25 de Novembro já não havia 25 de Abril. Havia um processo diferente de democratização, e como o general disse ali, e muito bem, o 25 de Abril acabou, primeira questão.

Segunda questão, o exército, as forças armadas não são, nunca foram, mau grado ou apesar de haver pessoas como o meu general nas Forças Armadas e outros, nunca foram a escola de virtudes. Eu não concordo com isso, eu estive lá e também cultivei virtudes. A escola de virtudes é o civismo, é a escola, é a luta política, é aí que se forjam e se desenvolvem as virtudes da sociedade, chamemos-lhe civil ou outra coisa qualquer. A sociedade democrática, não é com o exército, o exército é aquilo, desculpe lá a arrogância, é aquilo que eu disse ali e cada vez mais. Cada vez menos é uma escola de virtudes, no Exército hoje, ainda por cima, meu general, defender a pátria, o Exército? Então o Exército é a primeira justificação instrumental da entrega da soberania da independência na NATO, nas guerras que os outros fazem. Está lá a Guarda Republicana para disfarçar, mas se for preciso manda-se uma enfermeira e dois maqueiros para o Afeganistão. Portanto, é que eu achei que tinha ido à raiz, e fui mesmo, e isso deixa-me muito satisfeito. A luta que no Iraque estão a fazer os iraquianos não foi feita pelo exército, o exército aliás já estava todo destroçado há muito tempo. Está aí um tipo chamado Tommy Franks, que é um criminoso de guerra, que vem aqui dizer como é que ganhou a Guerra do Iraque, entrou em Bagdade com uma violência e terror,

como é que eles chamaram àquilo, a própria operação era «Terror e...», não, a do Deserto era a outra, bom, ele entrou por Bagdade, venceu o exército iraquiano, o Iraque estava debaixo de bombardeamento económico e militar e tudo há dez anos, o grande herói está aí, e a sociedade portuguesa está vergada, salve seja, mas está aí o senhor Tommy Franks, um criminoso de guerra recebido com todas as reverências e vem explicar como é que ganhou a guerra. Então mas ele ganhou alguma guerra? Então ele avançou por ali, mas quem é que está a fazer a resistência no Iraque, é o exército iraquiano? Não, é o povo iraquiano. Quem é que fez a resistência em Portugal no tempo das invasões francesas, a principal e aquela que lançou a necessidade de outros virem cá ajudar? Foi o povo.

As guerras justas e injustas, eu hoje acho que do ponto de vista de guerra há uma, é aquela que os americanos disserem que vai haver, não há mais nenhuma, o resto são os desgraçados que apanham com as bombas e com os tanques do senhor Tommy Franks, a resistirem à sua maneira com bombas, com kamikazes, suicidas, a guerra que está a fazer a Palestina contra Israel, com pedras. Portanto, eu reafirmo aquilo que disse e o serviço militar obrigatório não serve para nada, já acabou, e hoje o mundo é a globalização, e a gente só tem uma resposta à globalização que existe, é impor a nossa globalização, a globalização dos movimentos, da democracia participativa. Os Estados não se debilitaram, estão a fortalecer-se, em que base? Hoje, os Estados servem, e têm esse papel fundamental, para privatizar e garantir com a sua força a privatização de tudo, da água e, a não ser a água, a chuva qualquer dia é privatizada. E a repressão, e garantir que a democracia vai ser um sonho lindo que acabou. É isto meu general, e a gente tem de se agarrar à realidade, e portanto eu não vou defender a independência de Portugal, nem os interesses do povo português, se não tiverem ligação muito estreita com tudo o que se passa na Europa, com os europeus, com os partidos europeus e com a política europeia. No fundo é esta a questão. Muito obrigado.

Manuel Martins Guerreiro

Vou ser muito breve. Realmente, a intervenção da Ana Drago deixou-me umas interrogações e o outro orador anterior também deixou, e eu julgo que isto se liga directamente à intervenção que eu fiz. Por outro lado, queria dar aqui uma ajudinha ao senhor general Gonçalves, com a questão da sociedade civil e da sociedade militar. Nós, militares, temos a tendência para fazer essa interpretação, mas não é, quer dizer, a sociedade civil é a diferenciação em relação aos corpos do Estado, quer dizer o Estado e todos os seus corpos, e depois os cidadãos na sociedade civil com as suas organizações.

Os partidos são sociedade civil, os sindicatos são sociedade civil, as organizações não governamentais são sociedade civil, e é nesse sentido que eu a utilizo e, realmente, o Estado tem muitos corpos além do Governo, tem o aparelho todo do Estado. Portanto, esta questão da utilização do aparelho do Estado para o desenvolvimento da sociedade ou para o progresso da sociedade, sempre se pôs e vai continuar a pôr-se. De facto, nesta sociedade neoliberal em que estamos, o neo-liberalismo, ou as forças que dominam a economia e que depois influenciam e se apoderam do aparelho do Estado, utilizam-no para os seus fins. É evidente, e é isso que está de certa maneira a acontecer, a alternativa que temos que apresentar é uma alternativa de maior desenvolvimento das organizações não estatais e de influência das

organizações estatais no sentido do tal progresso da democracia participativa e da democracia directa. Realmente não há oposição entre democracia participativa e directa e também não há oposição com a democracia representativa, mas a democracia representativa, tal como existe hoje, é relativamente fácil de dominar por quem domina o poder económico, porque os políticos e os partidos políticos são muito sensíveis a isso e são facilmente corruptíveis. Aliás o poder expressa-se exactamente pelas vias da corrupção, pelas vias da fraqueza, pelas vias da vaidade, e sabe utilizar esses mecanismos. Existem mecanismos internacionais que levam a que a sociedade seja como é, mas nós temos que efectivamente nos organizarmos na tal dita sociedade não Estado, para controlar o aparelho do Estado e para impedir que esta sociedade neo-liberal continue no seu progresso e nas suas vias. Mas poderemos continuar a discutir isto mais tarde, muito obrigado.

Barbosa de Melo

Uma achega linguística ao senhor almirante Martins Guerreiro, civil vem de «cives», civiles vem de cidadão, tem a ver com a sociedade dos cidadãos e não com o Estado. O cidadão confrontado com o Estado é que dá a sociedade civil, isto é uma distinção na filosofia política que vem do Engel, o Engel é que fez esta distinção correcta ainda no século XVIII, no princípio do século XIX. E agora, a palavra ao deputado Alberto Martins, presidente da Associação Académica da minha universidade noutros tempos e que se tornou famoso no País por ter pedido a palavra, vejam lá, ela lhe ter sido recusada!

Alberto Martins

Agradeço-lhe ter-me dada a palavra hoje. Eu queria rapidamente pegar em três tópicos que foram aqui expressos e que mereceram alguma da atenção dos interventores e colegas de painel. Um era o tópico da liberdade, outro o da democracia e outro o do Estado sócia, e fazê-lo de forma breve, não repetindo aquilo que expus na apresentação inicial que tive oportunidade de fazer a este auditório. A questão da liberdade; creio que o problema maior na sociedade portuguesa, hoje, não é o problema da liberdade, era-o antes do 25 de Abril. A grande bandeira do progresso em Portugal antes do 25 de Abril foi feita sobre a bandeira da liberdade. Devemos isso, o empunhar dessa bandeira no tempo, no lugar, no momento certo, aos capitães de Abril e, portanto, digamos que o motivo essencial, diria nuclear, do combate político antes do 25 de Abril, era a liberdade. Eu recordo-me sempre que, aliás, existe ainda hoje o problema da liberdade. Os problemas da liberdade existem sempre nas suas diversas dimensões.

A liberdade como desenvolvimento é uma questão que se coloca hoje, não propriamente no sentido da liberdade política, mas da realização das liberdades efectivas, isto é, as condições do exercício da liberdade. Lembro-me sempre de um filósofo que teve grande expressão no fim dos anos 60, que dizia «a liberdade é liberdade de escolher, a liberdade de não escolher é a morte», isso, nalguma medida, é verdade. É verdade em todos os anos, todas as dimensões, todos os regimes, a liberdade de não escolher é a morte. É por isso uma não liberdade. Mas creio que hoje o problema vital da sociedade portuguesa é o problema da solidariedade, quando nós temos dois milhões de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza na sociedade portuguesa, 200 mil pessoas com fome, meio milhão de desempregados, o problema é o

problema das condições mínimas da subsistência vital que é, naturalmente, uma responsabilidade inerente ao Estado social. O Estado social moderno é naturalmente aquele que assegura as funções de soberania e que assegura as funções mínimas de educação, ensino, saúde, cultura e protecção social, é isso que nós exigimos ao Estado social moderno. Isso que exigimos ao Estado social moderno confronta-nos com uma questão que aqui foi colocada, que é uma questão do Estado liberal ou do neoliberalismo ou sem Estado. Creio que, igualmente, os grandes inimigos do Estado social moderno, que aqui colocamos, são em grande medida as concepções neoliberalistas que propendem para uma ideia inexequível e inatingível de Estado mínimo, mas são em grande parte, nessa dimensão, as concepções neoliberais, o neotradismo, a plutocracia e populismo mediático que é hoje uma dimensão vital do exercício da democracia e, é por isso, que eu regressava à ideia da democracia em Portugal.

Tenho para mim, e já foi aqui dito, que são necessárias várias reformas no sentido do aprofundamento da democracia e que há um problema dos partidos, há um problema dos sistemas eleitorais, há um problema dos parlamentos e do seu papel, há um problema da separação de poderes, dos controlos recíprocos entre os órgãos de poder, há o problema da igualdade de género e o problema da assunção e da participação das mulheres na política, que é uma revolução cultural emergente.

E há uma questão vital igualmente em Portugal, que é o combate aos corporativismos económicos e sociais que são todos esses problemas da democracia. Articulados ainda, hoje, com um problema novo, que é o problema da cidadania europeia. Nós já não temos uma democracia portuguesa, temos uma democracia com prolongamentos, com usurpações, com capturas de competência do Parlamento e do Estado nacional pelo Estado de tipo federativo. Naturalmente, há competências que se adequam ou melhoram a racionalização dos bens públicos, mas há outras que tem que ser partilhadas e participadas ao nível nacional e por isso, e nesse sentido, para mim, o grande problema da democracia portuguesa, para além das emergências externas, de haver uma crise de confiança na política e nos políticos e haver alguma crise de representação, o problema mais complexo, a meu ver, na democracia portuguesa, é o problema da liberdade da comunicação e o papel dos media na democracia, o problema do pluralismo político e comunicacional e a nova realidade da democracia. Nós temos hoje uma democracia quase instantânea por intermédio dos media, o que faz com que a dimensão reflexiva se vá perdendo e que os espaços de intervenção sejam deslocados dos partidos e do Parlamento para a Comunicação Social. Isso exige uma nova atenção e é o processo da democracia em movimento. E é, digamos e concluindo, o desafio democrático que é colocado hoje à democracia.

Pausa de 10 minutos

José Carlos Vasconcelos

Boa tarde. Tenho muito prazer em estar aqui, mas devo dizer que peço desde já desculpa se não compreender algumas das coisas dos apontamentos que aqui tenho, porque, de facto, por razões profissionais, não tive tempo de fazer nada e julguei que tinham desistido da minha participação e, só hoje, na sessão da manhã, é que ali o arquitecto me disse que me tinham posto no

programa. Portanto, isto são umas notas escritas em menos de duas horas e, por isso, peço desculpa.

Democratizar a democracia é a grande questão, e o grande desafio cívico que hoje se põe a todos os democratas ou, pelo menos, a todos os democratas que não se contentam nem se conformam com uma situação que é, felizmente, de respeito formal pela liberdade e de respeito pelos princípios e pelas instituições do Estado de direito, mas que deixa de fora, da efectiva participação e intervenção cívica e política, a imensa maioria dos cidadãos, cidadãos que assim ficam afastados da vida do País que é seu. Uma das mais vivas e empolgantes imagens, que todos os que vivemos o 25 de Abril temos, é de certo a de ver, ouvir e sentir o deslumbramento de um povo a tomar nas próprias mãos o seu destino colectivo e a construção do seu futuro, naturalmente com excessos, desvios ou erros inevitáveis, ou evitáveis.

A generalidade dos cidadãos e das pessoas acreditaram que a partir do 25 de Abril eram cidadãos de corpo inteiro e tinham uma palavra a dizer, e essa palavra era importante sobre as opções e os caminhos de Portugal. Hoje, 30 anos depois, a situação é inversa, a generalidade das pessoas entende que não tem nenhuma forma de influir nos destinos do País, que a sua intervenção se limita a votar de tantos em tantos anos, e que o seu voto, a mais das vezes, não serve para nada e daí, além do mais, os níveis cada vez mais elevados de abstenção. Entende também a generalidade das pessoas que os políticos são isto e são aquilo, o que é o pior e mais perigoso que pode acontecer, porque, na Europa e nos nossos dias, a grande ameaça a uma autêntica democracia já não vem dos que se lhe opõem, desejando um regresso a velhas ditaduras mais ou menos fascistas, mas vem da ausência de participação, da desconfiança, do descontentamento e da passividade que são cada vez mais óbvios, e enquanto esse perigo cresce em torno da cidade, ou já dentro dos seus muros, muitos políticos e outros responsáveis continuam a falar do sexo dos anjos ou preocupados apenas, ou sobretudo, com a conquista imediata do poder.

Ora perante o que é, no mínimo, um generalizado cepticismo radical face à política, à democracia, à cidadania activa, penso que se impõe apurar as causas e encontrar os remédios, e os políticos em exercício devem ser os primeiros a estarem preocupados com esta situação, que os afecta em todos os domínios e nos afecta a nós todos e ao País. Não creio de facto que se deva aceitar passivamente o que é, na maior das hipóteses, uma democracia de baixa intensidade. Não creio que devamos aceitar passivamente vivermos em democracia apenas por ser uma espécie de mal menor, o tal pior sistema excluindo todos os outros.

A democracia que o 25 de Abril quis, não foi apenas essa e, aliás, a democracia que a constituição da República consagra mostra-nos bem a todos os níveis que assim é. E basta ver, por exemplo, os artigos 2.º e 48.º, além de outros, em que é consagrada, de par com a democracia representativa, sempre fundamental e que não pode ser ultrapassada, outras formas, inclusive, de democracia directa. Para não ir mais atrás, obviamente que em todos os partidos se tenta lutar por uma democracia que não seja de tão baixa intensidade e, para falar apenas da minha pouca experiência nesse domínio, a propósito de uma intervenção mais política, sem prejuízo da que possa ter a outros níveis, queria lembrar que – falando só nos últimos 20 anos – alguns cidadãos, (entre os quais fui o fundador desse movimento para combater isso),

dizia, que criámos um movimento para o aprofundamento da democracia e entre as pessoas que estiveram ligadas a este movimento, eu recorro como símbolos de democratas e de lutadores por uma democracia mais inteira, o professor Henrique de Barros e a engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo.

Foi também com esse objectivo que eu e outros cidadãos criámos um partido que foi apontado como antipartido, quando apenas, o que desejava na sua base, era de facto defender a democracia e uma maior participação dos cidadãos. O que depois se passou com ele é conhecido, mas de qualquer forma fico espantado que até hoje ainda não tenha havido um estudo mais aprofundado desse fenómeno político, o que ele representou e os princípios que defendeu, e com os quais me continuo a identificar inteiramente e, obviamente, não escondendo inclusive que fui dos principais autores dessas bases programadas. E mais cerca de dez anos depois, houve uns Estados Gerais por uma nova maioria que defenderam, designadamente, a consagração, nas suas conclusões, de muitas, quase todas, as aspirações do que tinham sido estes movimentos anteriores a que eu me referi.

O drama é que dessa nova maioria que veio a ser triunfante, as conclusões, grande parte delas, continuam por cumprir. E apenas ao nível da participação política eu leio que alguns dos objectivos eram: abolir o monopólio partidário na apresentação de candidatos aos vários níveis de decisão política, consagrando a possibilidade de candidaturas às autarquias, assembleias legislativas, Assembleia da República, Parlamento europeu, alargar a matéria que pode ser objecto de referendo e consagrar a possibilidade de referendo por iniciativa dos cidadãos, abrir a iniciativa legislativa aos cidadãos, permitindo a apresentação de propostas, quer ao nível regional, quer da Assembleia da República, subscritas por número mínimo legalmente definido, consagrar o acesso dos cidadãos ao Tribunal Constitucional contra normas que violem a Constituição por omissão ou inconstitucionais, etc., etc.

É curioso, e será interessante fazer hoje, a esta distância, uma análise das conclusões e saber aqui o que é que se fez e o que não se fez, que foi quase tudo. E porquê? Porque fundamentalmente é muito difícil, se não impossível, mudar alguma coisa dentro desta democratização da democracia, sem modificar os próprios partidos, tarefa hercúlea a que muitos têm sucumbido, sem prejuízo de algumas alterações positivas, designadamente em matéria de rigidez e de disciplina partidária, que já foi, como se sabe, muito maior. Ora sabendo e sublinhando eu, que a democratização da democracia, no sentido mais amplo e profundo, tem a ver com a melhoria da qualidade e das condições de vida das pessoas, com o desenvolvimento e modelos de desenvolvimento, com justiça social, com educação, com cultura, que tem a ver também com o sistema político e o sistema eleitoral, por acaso, também nesses Estados Gerais houve conclusões no sentido de ser alterado o que não foi, tem a ver com o esforço de referendos, como o direito de petição, as iniciativas dos cidadãos. Não há dúvida que, na minha perspectiva, creio obviamente ser necessário haver mudanças essenciais na filosofia, na orientação dos partidos e na sua prática. Falarei, para concluir, e em tópicos, em algumas delas.

Creio ser indispensável que os partidos tenham, antes de mais, uma dimensão ética, para que toda a política a tenha também. Trata-se de ética da moral e não de moralismo, e muito menos de falso moralismo. É preciso que haja, pelo menos, uma decência na orientação e prática do quotidiano dos

partidos. Já várias vezes defendi, aliás, aquilo a que chamei um pacto de decência. Sendo certo que muita gente, alguns, inclusive, quando ouvem falar de moral, sacam logo da pistola, como o outro célebre general fascista espanhol a sacava quando ouvia falar de cultura. Eu creio que os cidadãos em geral, a chamada pessoa comum, sabem muito bem o que é moral, a moral política, o que é decência na forma de fazer política e que é, designada e obviamente, pôr os princípios e os valores acima dos interesses, e pôr os interesses do País, e do povo português em geral, acima dos do seu partido, dos seus militantes e amigos. E o primado deste princípio, obviamente, pode e deve ter várias aflorações, entre uma das quais a dos critérios de competência para a ocupação dos lugares, excepto aqueles que sejam de estrita confiança política, a escolha dos mais capazes e dos mais competentes para os cargos. Este célebre «jobs for the boys», esta ideia que existe que isto acontece sempre mais ou menos, creio que é das coisas que mais afecta a imagem dos partidos e da democracia.

Segundo, os partidos, na minha óptica, deviam ter mais espaços de liberdade e de liberdade criadora, e não de «servidão», deviam ser espaços de liberdade dentro da ideologia e das ideias do seu programa e dos seus projectos e não, portanto, de disciplina ou subserviência dessa liberdade. E uma das aflorações fundamentais deste princípio, na minha óptica, é que as infracções disciplinares dos partidos deviam ser as das violações dos princípios do partido, dos seus objectivos ideológicos e doutrinários, e nunca o da violação de decisões concretas dos órgãos partidários. Outra afloração, para mim essencial, é que, por exemplo, a nível dos deputados, o princípio geral deve ser o da liberdade de voto dos deputados e não da sua dependência em relação aos directórios partidários, excepto para defender a estabilidade governativa em casos de orçamento de Estado, e quando houver as grandes opções do plano, moções de censura ou de confiança. Creio que isto é indispensável para a valorização do próprio Parlamento e é possível fazê-lo. Aliás, neste caso, como noutros aquando do PRD, é isso que estava nos estatutos, e se o PRD acabou por ser o fracasso, para não dizer o fiasco que foi, não foi por causa dos princípios que tinha, mas foi exactamente por eles serem violados e por progressivamente ter ficado igual ou pior que os outros.

Terceiro, os partidos não devem querer ser, e não devem ser, os monopolistas da acção e intermediação política. Os cidadãos não podem, nem devem, estar obrigados a pertencer a partidos para poder exercer inteiramente a cidadania. Os partidos devem ser fundamentalmente dinamizadores da consciencialização e da intervenção cívica dos cidadãos, mesmo que fora deles e, obviamente, sem prejuízo de lutarem pelas suas ideias, os seus ideais, os seus objectivos. Exemplo disto deve ser a possibilidade de listas independentes a todos os níveis. Eu considero que é um autêntico escândalo, sobre o qual várias vezes escrevi, que mesmo nas câmaras não pudesse haver listas, e que todas as listas tivessem que ter chancelas partidárias. Considero isto um escândalo. Apresentei, como deputado, três vezes no agendamento, projectos no sentido de poder haver listas sem chancela partidária e, infelizmente, todos os partidos votaram contra. Perto de 20 anos depois, a lei finalmente mudou. Só mudou em última instância, mas com uma regulamentação tão apertada que é quase mais fácil, em alguns termos, fazer um partido, do que apresentar uma lista. Considero que isto é uma negação, é negar aos cidadãos a possibilidade da sua intervenção, e considero que os

partidos devem ser os primeiros interessados, para defesa da sua própria imagem, para defesa da democracia, e os políticos para defesa da sua imagem, para que isto não seja assim, e que não seja assim a todos os níveis.

Por outro lado, outra emanção disto deve ser a criação, dentro dos partidos, da possibilidade de, mesmo na vida eterna dos partidos, participarem os não militantes ou não filiados, obviamente sem direito de voto nas coisas decisivas, mas podendo integrar, não só grupos de estudos, mas conselhos consultivos, conselhos de opinião, várias formas de intervenção que são, não só possíveis, como a todos os tipos desejáveis.

Quarto, os partidos não devem ser, fundamentalmente, como em geral são, instrumentos de conquista de poder, máquinas de ganhar eleições, objectivo a que mais ou menos se sacrifique tudo, mas serem instrumentos de mudança e de transformação da sociedade. Mudar as mentalidades no sentido sergiano, e não só, e, sobretudo, transformar a sociedade, é que deve ser o grande objectivo, e não chegar a um Governo, onde muitas vezes, como sabemos, acaba por mudar muito pouco com as mudanças do Governo e as mudanças de maiorias.

Quinto, os partidos devem ser exemplo de democracia, de participação e de transparência no seu próprio funcionamento interno, o que está longe de ser a realidade mais corrente, e tal exemplo de democracia, como tudo o resto que disse, é fundamental para a própria credibilidade e eficácia, porque a eficácia da acção política não pode ser separada da credibilidade de quem a exerce. A credibilidade das instituições e dos políticos é indispensável para a eficácia da sua acção quando esse partido é base de um Governo.

Concluindo, graças antes de tudo ao 25 de Abril e aos seus capitães, que eu aproveito, como todos com certeza que por aqui passaram, por homenagear, os capitães que tantas vezes esquecidos ou injustamente tratados têm sido. E o que se passou em relação aos capitães do 25 de Abril, e até à forma como acabou a sua instituição representativa, é um triste exemplo de como por vezes funcionam exactamente as lógicas partidárias e uma democracia não total. Graças, como eu dizia, ao 25 de Abril e aos seus capitães, já se fez muito, avançou e progrediu muito, mesmo no aspecto material, como esta manhã aqui mostrou o Vítor Constâncio, mas o momento não é dos melhores, muito pelo contrário, e é preciso refazer muito caminho e avançar muito mais, e só se os cidadãos acreditarem, tiverem confiança nos partidos, nos políticos, nos órgãos de soberania e seus titulares, na possibilidade de várias alternativas políticas e não de uma simples alternância, tipo vira o disco e toca o mesmo, só assim poderemos ter uma democracia participada e vivida, e só assim será possível a indispensável mobilização do País e do nosso povo para a construção de um futuro melhor, mais livre e mais justo, para todos os portugueses. Obrigado.

Costa Brás

Muito boa noite, tenho pena que o professor Barbosa de Melo saia, desejo-lhe boa viagem, até porque ele é um pouco parte desta questão que iria referir aqui. É um pouco de informação para os circunstantes e tem a ver, sem menosprezo para as restantes intervenções, com a intervenção da senhora Dr. Maria José Morgado, que é aqui minha vizinha de plateia. Há 20 anos atrás existiu um organismo que se chamou a Alta Autoridade Contra a Corrupção. Nós estamos hoje aqui a falar de 30 anos passados, procurando uma

perspectiva para os 30 anos futuros, e um dos temas que ela referiu e acho muito bem, para uma saúde razoável da sociedade em que vivemos, foi a questão da corrupção. Ora o que acontece é que, ao longo de nove anos de vida dessa instituição, tendo sido feitas 286 participações para efeitos penais, além de também unidades(?) administrativas, etc., depois de várias conturbações, a verdade é que há três semanas, por circunstâncias acidentais, o ex-alto-comissário encontrou um advogado de uma situação que tinha sido suscitada por essa Alta Autoridade há esses longínquos anos, não digo vinte, mas alguma coisa menos, porque a Alta Autoridade foi extinta por iniciativa do Alto-comissário passados dez 10 anos, em 1992 mais concretamente. Esse advogado refere-lhe a circunstância de, havia três semanas, ter sido arquivado um processo, por prescrição, processo este que tinha sido suscitado pela Alta Autoridade. Ora bem, o que eu quero lembrar aqui é, primeiro, de facto, permitam-me a repetição, existiu esse organismo. Segundo, a vida desse organismo foi altamente conturbada por dificuldades diversas, e é interessante, porque o próprio professor Barbosa de Melo era até um opositor à sua existência, coisa que eu aceitava benevolmente, como é evidente e muito respeitadamente, por questões formais, questões jurídicas, etc. O que acontece é que em todo o processo de actividade ao longo de praticamente 10 anos dessa Alta Autoridade, com aquilo que poderia trazer de benefício para a sociedade, os obstáculos que encontrou foram de tal ordem que o Alto-comissário propôs, acho que numa situação um tanto inédita, a extinção do próprio organismo. Aqui, inscreve-se a reacção das instâncias judiciais àquilo que era proposto pela Alta Autoridade na procura de uma melhoria da saúde da sociedade portuguesa, repito, a reacção das instâncias judiciais às propostas, às participações, aos memorandos que eram elaborados pela Alta Autoridade. Se com uma vivência completamente diferente, em épocas diferentes, porque estamos a falar de 1993 em término, se a senhora Dr. Maria José Morgado nos puder dizer das evoluções que porventura tenham havido na procura deste benefício da sociedade portuguesa, eu pela minha parte ficaria muito grato e, se calhar, alguma coisa conformado com esta evolução. Muito obrigado.

Martins Guerreiro

A minha questão é este problema da corrupção. Efectivamente, eu não tenho dúvidas que este problema da corrupção é um problema central da nossa sociedade, como é igualmente central o conhecimento da corrupção e a consciência disto por todos, mas a questão que eu coloco é um pouco esta: será que os mecanismos do poder gostam da luz e da transparência, ou preferem um pouco a sombra e a não transparência? Será que os próprios mecanismos da corrupção não são utilizados pelo poder?

Se assim for, nós percebemos porque é que o problema não se combate, ou não se consegue combater com eficácia, e eu hoje estou convencido que, efectivamente, o poder se manifesta e actua através de mecanismos da corrupção. Não quer dizer que seja só através de mecanismos da corrupção e, quando falo em poder, não falo só no Governo, aliás, falo nos vários poderes, falo no poder dentro das organizações, no poder dentro dos partidos, no poder empresarial. Há bocado pôs-se ai a questão. Hoje, realmente, há empresas e empresários que falam na ética empresarial, e porquê? Porque se ultrapassou aquele nível dos 5% e, às vezes, estamos nos 20 ou nos 30%, e então é impossível, efectivamente, os negócios avançarem,

as empresas assim vão à falência. Com os 5% a coisa ainda ia sobrevivendo, mas com 20% a coisa já não vai. Obrigado.

Luís Velez

Meus senhores, eu peço a vossa consideração, porque eu tinha acabado de dizer que era a primeira vez que cá estava depois da última que cá estive, agora sou obrigado a dizer que é a primeira vez que eu falo desde a última vez que eu falei. Mas, de facto, que tudo a que a senhora, não percebo a área, confesso que não percebo a área, a senhora Dra. Morgado se refere, ao conceito de moral, e essa coisa do conceito de moral já se encontra concluído em estudo dos anos 70, salvo erro, em que a ética, a meu ver, é um sopro moral. Primeiro ponto, é um dado adquirido. No que concerne à ética dos negócios, como a senhora doutora disse, e muito bem, há inúmeros meios de transporte do tipo TIREs, e não só, mas vamos passar pela situação TIR, que andam ou se deslocam de lá para cá num vaivém contínuo, minuto a minuto, segundo a segundo, em que transportam talha dourada, transportam ouro – talha dourada é das nossas capelas ou das nossa quintas – ou transportam obras de arte, antiguidades e isso significa apenas isto: eu digo, isto é uma orgia, peço desculpa por não estar a acompanhar, é uma orgia plena de transacções de dinheiro carregado de orgias mentais, perversa, sádicas. Nós temos a nossa juventude e a nossa juventude tem, todos nós sabemos, uma análise. Basta saber o que é que lhes reserva, o que é que estamos à espera, o que é que estamos para estar.

Segundo ponto, a história para mim é simples, eu digo mesmo, posso ser preso e até posso ser morto, é assim matem-me, primeiro ponto. Segundo ponto, 1996 é exemplo e demos até 2002, tivemos uma coisa que eu considero chamada ópios pimba, agora não sei o que é que nós temos, 2004, 2005, 2006, 2007, por isso é que eu digo, matem-me se for necessário, ou então tudo muito bem, dêem-me um hambúrguer de ratazana e arranjem um cano de esgoto para eu viver. Meus senhores.

Ana Paula Amaral

Boa tarde, eu chamo-me Ana Paula Amaral, sou professora e militante do Partido Operário da Unidade Socialista e estou aqui nessa qualidade. Quero agradecer a oportunidade de me exprimir, e a oportunidade deste congresso, que tem toda a pertinência, na minha opinião. De facto, eu e o meu partido, consideramos que a democracia portuguesa está em perigo. Está posta em perigo, em primeiro lugar, por uma Constituição Europeia que se sobrepõe inclusive à nossa Constituição e à nossa Assembleia da República, ao tornar directamente aplicáveis no País as leis emanadas da União Europeia, sem passar sequer por um processo de ratificação na Assembleia.

Portanto, isto é contra, pensamos nós, as prerrogativas da Assembleia da República e contra a própria noção de soberania nacional. Uma Constituição Europeia que, por outro lado, tudo subordina à livre concorrência, a uma economia de mercado que deve ser de acordo com o que eles dizem, não falseada e totalmente livre e competitiva, o que significa, inclusive, que certos direitos que estão consignados na nossa Constituição, como o direito à saúde, à segurança social, ao ensino, à habitação deverão subordinar-se a essa economia de mercado, isto é, aos interesses do capitalismo. Todos concordarão que esta situação é um ataque aos serviços públicos, e os

serviços públicos são um pilar da democracia. Outro pilar da democracia, e isto independentemente das diferentes opiniões que eu já vi aqui expressas acerca de diversas formas de organização democrática, outro pilar da democracia são os partidos políticos. Ora acontece que existe já um novo regime de partidos políticos, uma nova lei dos partidos políticos que foi aprovada pela Assembleia da República o ano passado e promulgada em Agosto de 2003. E o que diz esta lei? Diz esta lei que será integralmente aplicada a partir de Agosto de 2005, que todos os partidos que não tenham cinco mil militantes declarados ao Tribunal Constitucional, isto é, expostos publicamente perante o Tribunal Constitucional, serão extintos, pura e simplesmente extintos. Além disso, esta lei interfere abusivamente na vida interna dos partidos, obriga cada partido a candidatar-se a pelo menos 62 assembleias municipais em todo o País, o que significa dois mil candidatos. Significa, de facto, fazer desaparecer da cena política a maioria dos partidos políticos que existem neste momento em Portugal, e deixar apenas dois ou três grandes partidos, o que levaria talvez a uma espécie de alternância à americana, que penso que não é apanágio da democracia e nem foi aquilo que construímos com o 25 de Abril. Como militante do POUS estou preocupada. O meu partido, cujos fundadores, a Carmelinda Pereira e o Aires Rodrigues participaram na construção do regime democrático, quer como deputados à Assembleia Constituinte quer como deputados à Assembleia da República, o meu partido, portanto, o Partido Operário da Unidade Socialista está em risco de ser extinto, mas como democrata ainda estou mais preocupada, porque esta lei é um ataque ao regime dos partidos e da própria democracia, só pode empobrecer e deturpar a democracia, inclusive, proibindo na prática que se constituam novos partidos, porque toda a gente sabe que não há nenhum partido que nasça com cinco mil militantes. Apesar desta lei, que penso que é perigosíssima para a democracia, eu estou convencida de que a força do 25 de Abril é ainda muito grande e que pode fazer recuar esta lei, e, por isso, sou portadora de uma petição. Portanto, usufruindo do direito de petição que ainda temos, uma petição à Assembleia da República no sentido da revogação dessa lei, e eu gostaria que os presentes depois assinassem. Muito obrigada.

João Ferro

Em primeiro lugar queria agradecer e saudar esta importantíssima iniciativa da Associação 25 de Abril. Vou ser muito breve e queria fazer uma sugestão. Nesta sessão, à qual infelizmente só assisti da parte da tarde e já estava a falar o almirante Martins Guerreiro, foram feitas comunicações de grande qualidade e profundidade, que praticamente abrangeram o conjunto dos problemas mais importantes que se põem na nossa democracia. Mas como em outras iniciativas a que temos assistido, como por exemplo, os Estados Gerais do Partido Socialista, estas iniciativas terminam e não têm sequência. Haverá mais congressos no futuro, e eu penso que um dos principais problemas que se põe ao futuro da democracia em Portugal, como de outros Países, é a atracção da juventude, a consciencialização dos cidadãos não só dos jovens, mas de todos os cidadãos, sobretudo os jovens, aos problemas dos quais eles não têm consciência, porque são absorvidos sobretudo pela multiplicidade da Comunicação Social e pela informação em catadupa que transmitem as televisões e que depois não têm sequência nenhuma e que são os métodos de Governo mundial, que há muitos anos, eu como jornalista conheço isso

perfeitamente. Portanto, eu fazia a seguinte sugestão à direcção da Associação 25 de Abril, não faço nenhuma proposta porque não pertença a nenhum órgão dirigente, mas é uma sugestão, que é a seguinte: que a Associação 25 de Abril se dirija às forças democráticas, aos partidos políticos democráticos e de esquerda, sobretudo, aos sindicatos, às associações estudantis, no sentido de pensar-se criar espaços locais de cidadania em todo o País. Ou seja, como já houve nos tempos da República francesa, e mesmo depois na nossa primeira República, espaços onde qualquer cidadão possa dirigir-se para obter informação objectiva que lhe dê meios de reflexão e de debate. Espaço de debate e de discussão abertos. Eu penso que isso então, criando estruturas não partidárias, não ligadas a nenhum movimento social, a nenhuma organização sindical ou política concreta, mas abrangente para toda a sociedade, para realçar o valor e a importância da cidadania, a consciência social e a consciência dos cidadãos. Faço esta sugestão, deixo esta sugestão nesta sessão e agradeço a atenção que me foi dispensada.

Ana Drago

No final deste debate eu passava a palavra às pessoas que fizeram comunicações. Foram colocadas algumas questões. Começava talvez, como fizemos há pouco, invertendo a ordem e, portanto, não estando presente o deputado Manuel Alegre, passava a palavra à doutora Maria José Morgado, se assim o entender.

Maria José Morgado

Bem, eu não quero ser desmobilizadora, mas sobre a primeira pergunta, do que teria mudado nas instâncias judiciais, há uma melhor compreensão do fenómeno, apesar de tudo, e da necessidade da utilização de técnicas especiais de investigação na criminalidade opaca. Agora, o ponto da situação hoje, é que mesmo do lado do Ministério Público há uma grande resistência a definir prioridades no combate ao crime, em nome do princípio da legalidade, o que significa que, oficialmente, não há prioridades, mas, na prática, há a prioridade que é feita pelo prático na sua secretaria. Ele tem de fazer a estatística do mês, e quando chega ao fim do mês, acusa qualquer coisa que tenha em cima da mesa, quanto mais fácil melhor porque, evidentemente, hierarquicamente tem de se apresentar estatística, e os casos complicados ficam de parte. Por isso, há aqui uma hipocrisia. Mais valia assumir a necessidade de assumir prioridades de acordo com um diagnóstico sério da situação. E há também um fosso grande entre magistrados judiciais, nomeadamente entre o Ministério Público, enquanto titular de acção penal, e quem executa materialmente a investigação, ou seja, a Polícia Judiciária. De certa forma, há aqui uma santíssima trindade: Ministério Público, Juiz de Instrução Criminal e Polícia Judiciária. Que eu encaixo e funciona bem, e há resultado, ou então nunca mais se chega ao fim do processo. Quem dirige a investigação tem, no fundo, a Polícia na sua dependência funcional, mas é caso a caso, porque a dependência orgânica já é da própria Polícia, e a afectação de meios não é do Ministério Público, é da Polícia Judiciária. E isto dá uma paz podre em termos de combate ao crime, porque o Ministério Público, que tem a direcção teórica, processual da investigação, mas não tem a última palavra, nem a primeira, na afectação de meios. Tem sempre uma desculpa, manda os processos para a Polícia Judiciária e não sabe o que é

que acontece. A Polícia Judiciária tem também a Direcção de Tráfico de Estupefacientes, mas isso produz uma centralização e um tratamento da informação, uma apetência para a prevenção, e uma apetência, até, para o tratamento científico de dados, para a especialização. Do lado do Ministério Público não existe nada disto. E isto cria um desnível muito grande, que funciona como travão no desenvolvimento das investigações por parte dos operacionais da Polícia Judiciária. Eu lembro-me de ter falado em tempo com colegas espanhóis que me disseram, só para terminar, o seguinte: em Espanha, houve um grande impulso, até de escolas especializadas nestas matérias, que começaram, e penso que não estarei aqui a fazer um resumo grosseiro, nem estarei a dizer grandes disparates, mas que começaram por divulgar e conseguir especialização da parte das polícias. E depois, foram as próprias polícias, através da sua especialização, que empurraram a necessidade da realização, da parte dos magistrados, para acompanharem os resultados e o combate ao crime. Entre nós não existe nada disso, e se o Ministério Público, nos próximos anos, e já perdemos muito tempo, não toma medidas nessa matéria, não é possível passar-se de um clima em que quem define as prioridades de combate ao crime são as televisões. Se as televisões entendem que são os crimes sexuais, vai tudo atrás dos crimes sexuais. Se as televisões entendem que é outra coisa qualquer, vai tudo atrás, são modas. E eu penso que não podemos viver muito mais tempo nesta situação sob pena de desenvolvimentos graves em matéria de crime organizado. Isto, basicamente, é o que consigo dizer nesta matéria, não queria dizer mais nada.

Ana Drago

Então passava a palavra à Isabel do Carmo.

Isabel do Carmo

Em relação ao que eu ouvi e também ao que eu disse, de facto, não podemos negar esta realidade do mundo em que vivemos actualmente e entrarmos em ilusões cor-de-rosa a respeito disto. É realmente uma negação da realidade, vivemos num mundo comandado pelas multinacionais que, de facto, são elas que mandam no mundo de uma forma internacional, e acabando de facto com os Estados e com a representação dos Estados. Os governos são mais ou menos representantes dessas multinacionais, com alguns indivíduos desclassificados à frente deles, em qualquer País. Uns são desclassificados, mas compõem um bocadinho a imagem, outros são verdadeiros bandidos, e neste momento entrou-se num estado em que a própria Administração Americana, não podemos deixar de falar dela, contem na sua própria administração representantes dessas mesmas multinacionais, coisa que não acontecia antigamente. Portanto, os proventos vão directamente para as multinacionais. Isto é um quadro negro que não podemos negar, com toda a ocupação da Ásia Central por necessidades energéticas, etc., que vai ser uma guerra permanente durante anos incalculáveis. E depois, a nossa pobre representação nacional, neste mesmo quadro. Não podemos negar este quadro negro.

Por outro lado, eu também não abduco de pensar, em termos de futuro e de objectivos, que a igualdade dos cidadãos, a igualdade para o direito à diferença, portanto, a igualdade económica e social tem de ser real. É a única possibilidade. Ou é isso, ou é a barbárie. Portanto, sendo a igualdade como

objectivo último, igualdade para a diferença, igualdade para o direito à diferença, igualdade social e económica, sendo esse o objectivo último, continuo a pensar também, no quadro daquilo que me é conhecido, que eu vejo em termos de ser humanos, que o Estado é necessário para administrar determinadas coisas, como seja a saúde, a justiça e a educação. Embora a participação dos cidadãos de base seja fundamental, nada impede os cidadãos de um Centro de Saúde, os utentes de um Centro de Saúde, decidam a forma de funcionamento daquele Centro de Saúde, por exemplo.

Embora os meios técnicos sejam coisas oriundas do Estado e administradas pelo Estado, há aqui, terá que haver no futuro, em termos de projecto, esta contaminação e esta ligação do cidadão, bem da base, bem autónomo, com coisas que dependem realmente do Estado. Entre uma coisa e outra está realmente o mundo inteiro. Mas eu penso que é fazendo que as coisas se constroem, se fazem, se pensam e se imaginam. E o fazendo, neste momento, parece-me também que é realmente a larga participação dos cidadãos nas organizações, como aquela que eu falei. Há organizações dessas em Portugal, há a Ataca a que eu pertenço, a Amnistia Internacional, de que o Martins Guerreiro estava a falar, a Greenpeace, mas depois há as pequenas organizações. Cada cidadão com mais dois do seu prédio pode fazer uma organização, não é obrigatório ir inscrever-se, registar e ser oficializado e institucionalizado, as pessoas podem juntar-se entre si para actuar, mesmo que seja para pequenas acções. E será, portanto, no desenrolar deste participar na acção e no fazer das coisas, que eventualmente pode sair a construção de um futuro que seja alternativo a este presente negro em que estamos a viver. Mas o meu optimismo reside em que vejo muitos jovens a participarem nas coisas, vejo muitas pessoas a quererem mudar, e tenho este privilégio de estar num serviço publico, como os hospitais, onde falo com dezenas de pessoas durante uma semana e oiço-as, e sinto-as e sei o que é que se passa. É o privilégio de quem contacta com o público. E, portanto, continuo com esperança, e o que se ouviu hoje aqui também nos dá alguma esperança. Obrigada

Ana Drago.

Resta-me dar por findo um debate que foi proveitoso, ao longo destas mais de 4 horas, e avisar que no Altis haverá a continuação deste debate.